

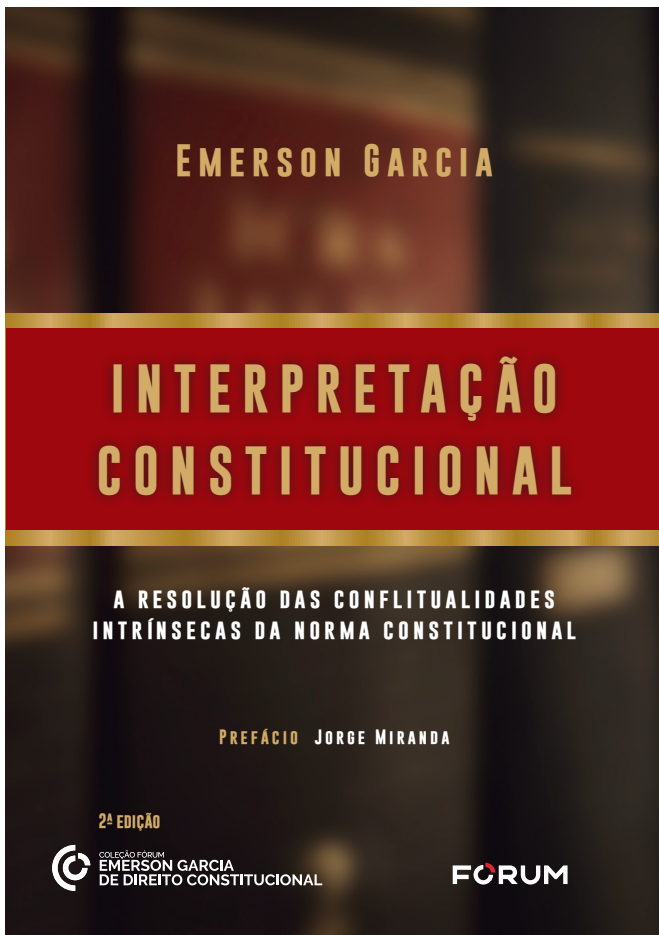
Emerson Garcia

# INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

## A resolução das conflitualidades intrínsecas da norma constitucional

Prefácio  
*Jorge Miranda*

2ª edição revista, ampliada e atualizada



Todo e qualquer intérprete, ao iniciar a atividade intelectual que culminará em atribuir um significado ao enunciado linguístico inserido na Constituição, há de superar as conflitualidades intrínsecas que se apresentam nesse processo. Essas conflitualidades nada mais são que incidentes, efetivos ou potenciais, do processo de interpretação constitucional, que refletem a oposição entre grandezas argumentativamente relevantes, passíveis de influir na identificação de uma pluralidade de significados reconduzíveis ao mesmo enunciado linguístico. Diz-se que a conflitualidade pode ser efetiva ou potencial, na medida em que o intérprete necessariamente deve aferir a sua presença, tomando uma decisão a esse respeito. Decisões dessa natureza terão lugar no curso do processo de interpretação. Concluindo pela existência da conflitualidade, o intérprete deve resolvê-la. Inclinando-se pela negativa, deve atribuir ao enunciado linguístico interpretado o único significado que lhe foi possível identificar.

Trata-se de operação cotidiana, realizada por qualquer operador do direito, mas que ainda carecia de sistematização. O objetivo, portanto, foi o de estabelecer uma visão inovadora a respeito da interpretação constitucional, demonstrando que o intérprete alcança o conteúdo da norma ao resolver divergências existentes no âmbito da linguagem, dos valores, dos fins a serem alcançados e do modo como a norma alcançará a realidade (ex.: impondo deveres, direitos ou faculdades). A obra é de singular utilidade a todo e qualquer estudante ou operador do direito, pois, além do seu elevado nível de sistematização, contribui para a compreensão de conceitos jurídicos de amplitude verdadeiramente oceânica, como são as noções de naturalismo, positivismo, pós-positivismo, realismo etc.

Área específica  
DIREITO CONSTITUCIONAL.

Áreas afins  
TEORIA GERAL DO DIREITO.

FORMATO: 17 × 24 cm  
CÓDIGO: 10003328

G216i	Garcia, Emerson Interpretação constitucional: a resolução das conflitualidades intrínsecas da norma constitucional / Emerson Garcia. - 2. ed. - Belo Horizonte : Fórum, 2023. 599p. ; 17cm x 24cm. – (Coleção Emerson Garcia de Direito Constitucional v.2)  Inclui bibliografia. ISBN da coleção: 978-65-5518-467-9 ISBN: 978-65-5518-360-3  1. Direito. 2. Direito Constitucional. 3. Teoria Geral do Direito. I. Título.	
2022-308		CDD: 342 CDU: 342

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

GARCIA, Emerson. *Interpretação constitucional*: a resolução das conflitualidades intrínsecas da norma constitucional. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 599p. ISBN 978-65-5518-360-3. (Coleção Emerson Garcia de Direito v.2).

### **Emerson Garcia**

Doutor e Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa. Especialista em *Education Law and Policy* pela *European Association for Education Law and Policy* (Antuérpia – Bélgica) e em Ciências Políticas e Internacionais pela Universidade de Lisboa. Professor convidado de diversas instituições de ensino. Membro Honorário do Instituto dos Advogados Brasileiros.

PREFÁCIO	
<b>Jorge Miranda</b> .....	11
NOTA BIOGRÁFICA .....	15
CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	17
INTRODUÇÃO	
1 Gênese da conflitualidade: o sistema constitucional e a relação texto-contexto .....	19
2 Conflitos e decisões no plano jurídico-constitucional .....	29
3 Tese de fundo: conceito, contextualização e perspectivas da conflitualidade intrínseca .....	43
4 Delimitação e importância do objeto da investigação .....	51
5 Metodologia utilizada .....	54
6 Plano da investigação .....	57

TÍTULO I  
CONFLITUALIDADE INTRÍNSECA DA NORMA CONSTITUCIONAL

CAPÍTULO I	
FORMAÇÃO DA CONFLITUALIDADE INTRÍNSECA	
1 Aspectos introdutórios.....	63
2 Enunciado linguístico, disposição normativa e norma constitucional .....	70
3 Conflitualidade intrínseca e antinomia: distinção ontológica e relação consequencial .....	84
4 A norma constitucional e sua conflitualidade intrínseca: peculiaridades.....	89
4.1 A conflitualidade intrínseca nas distintas espécies de norma constitucional....	92
5 Concausas da conflitualidade intrínseca.....	109
6 Aspectos do contexto ambiental.....	111
CAPÍTULO II	
PLANOS DE PROJEÇÃO DA CONFLITUALIDADE INTRÍNSECA	
1 Aspectos introdutórios.....	119
2 A conflitualidade no plano linguístico .....	120
2.1 A funcionalidade da linguagem .....	123
2.2 A tríade estrutural da comunicação normativa: linguagem, cultura e pensamento.....	126
2.3 A Constituição formal e a “linguagem para propósitos específicos” .....	134
2.4 Interferências na compreensão dos enunciados linguísticos normativos .....	143
2.4.1 A estrutura dos enunciados linguísticos enquanto mecanismo de prevenção das interferências .....	161
2.5 Inferências do discurso normativo .....	173
2.6 A carga emotiva da linguagem constitucional .....	179
3 A conflitualidade no plano axiológico.....	184
3.1 O constitucionalismo e a virada axiológica .....	192
3.2 Valores: formação e relevância.....	216
3.2.1 O consenso no delineamento da base axiológica da Constituição formal .....	227
3.2.2 O relativismo axiológico e a superação do fundamentalismo .....	231
3.2.3 Os valores constitucionais e o seu alicerce cultural .....	236
3.2.4 Norma e valor: uma distinção necessária.....	241

3.2.5	O papel dos tribunais na sedimentação da axiologia constitucional .....	245
3.3	Concepções ideológicas da ordem constitucional .....	249
4	A conflitualidade no plano teleológico.....	253
4.1	A teleologia constitucional e a inter-relação entre referenciais jurídicos e políticos .....	260
4.2	A Constituição entre a autonomia política e o comprometimento teleológico .	268
4.3	O poder e a pessoa humana como epicentro das dissonâncias teleológicas.....	274
4.4	O utilitarismo constitucional: proteção ou ameaça às liberdades individuais?	283
5	A conflitualidade no plano operativo.....	292
5.1	A liberdade entre o <i>facere</i> e o <i>non facere</i> .....	298
5.2	A realização do referencial de igualdade.....	308
5.3	A implementação dos direitos prestacionais.....	317

## TÍTULO II INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E RESOLUÇÃO DA CONFLITUALIDADE INTRÍNSECA

### CAPÍTULO I

#### CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1	A resolução da conflitualidade intrínseca e suas implicações .....	331
2	Fatores endógenos que influem na resolução das conflitualidades intrínsecas	335
3	Fatores exógenos que influem na resolução da conflitualidade intrínseca.....	339
4	Ambivalência da interpretação constitucional: propulsão ou resolução da conflitualidade intrínseca .....	345

### CAPÍTULO II

#### RESOLUÇÃO DA CONFLITUALIDADE INTRÍNSECA E PRIMAZIA DA PESSOA HUMANA

1	A pessoa humana e sua dignidade .....	347
2	A teoria dos círculos e o delineamento da dignidade humana .....	354
3	A dignidade humana e o seu potencial expansivo .....	359
3.1	Dignidade humana e mínimo existencial.....	361
4	Limites dos direitos fundamentais e conflitualidade intrínseca.....	364

### CAPÍTULO III

#### A FUNCIONALIDADE RESOLUTIVA DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

1	Aspectos introdutórios.....	373
1.1	Elementos constitutivos da interpretação constitucional: argumentação e interpretação <i>stricto sensu</i> .....	379
2	Teorias da interpretação constitucional.....	382
2.1	Teorias do contrato .....	384
2.2	Teorias axiológicas.....	402
2.3	Teorias procedimentais .....	407
3	Funcionalidades da interpretação constitucional .....	414
3.1	Interpretação constitucional: reconhecer ou adjudicar? .....	415
3.2	Tensão dialética entre segurança jurídica e função de integração criativa.....	421
4	O intérprete e o seu elemento anímico .....	435
4.1	Pré-compreensão e compreensão na interpretação constitucional .....	440
4.2	O sentimento constitucional.....	442
4.3	Ideologias do discurso interpretativo .....	444
5	Hermetismo ou permeabilidade textual .....	446
5.1	Os extremos do formalismo e do realismo .....	447
5.2	Discurso interpretativo e fatores ambientais que interagem com o texto .....	468
6	Postulados de racionalidade na interpretação constitucional.....	471
6.1	Postulado do não absurdo e retração textual .....	486
7	Métodos de interpretação constitucional.....	491

7.1	Métodos clássicos e insuficiência do “quadrado Savigny” .....	495
7.2	Método tópico-problemático e abertura sistêmica .....	503
7.3	Método concretizador .....	510
7.4	Ponderação pré-normativa.....	514
7.5	Sinergia metódica e argumentação jurídica.....	519
8	Adjudicação de significado e liberdade decisória do intérprete .....	531
	PROPOSIÇÕES.....	535
	REFERÊNCIAS.....	547